A Tese do Choque de Civilizações e o Interesse Nacional Brasileiro

Higor Ferreira Brigola[1]
Edu Silvestre de Albuquerque[2]

Resumo

O presente trabalho busca analisar o paradigma civilizacional de Samuel P. Huntington sob a luz dos interesses estratégicos brasileiros. A premissa é de que o autor não teve o propósito de explicar o mundo no pós-Guerra Fria, mas defender os interesses estadunidenses, cristalizando assim a nova estratégia de contenção ocidental do século XXI. Assim, analisa-se este paradigma sob o prisma do realismo político, que se propõe a fazer uma leitura das relações internacionais a partir da noção de equilíbrio de poder. A metodologia da análise comparativa é implementada com as estratégias ocidentais de contenção clássicas, especialmente de H. Mackinder e G. Kennan.
Palavras-chave: Choque de civilizações; Estratégias de Contenção. Geopolítica; Imperialismo.

Resumen

Este trabajo analiza el paradigma de las civilizaciones de Samuel P. Huntington, a la luz de los intereses estratégicos de Brasil. La premisa es que el autor no tenía el propósito de explicar el mundo en la post-Guerra Fría, sino para defender los intereses estadounidenses, con lo que la cristalización de la nueva estrategia occidental de contención del siglo. Así, se analiza este paradigma desde la perspectiva del realismo político, que se propone hacer una lectura de las relaciones internacionales desde la noción de equilibrio de poder. El método es un análisis comparativo con las estrategias occidentales de contención clásica, especialmente H. Mackinder y G. Kennan.
Palabras-clave: Choque de civilizaciones; Estrategias; Geopolítica; Imperialismo.

Introdução

A tese do "choque de civilizações" formulada pelo estadunidense Samuel P. Huntington (1997) se propõe a explicar as relações internacionais no após Guerra Fria, afirmando que os conflitos do futuro não serão mais de natureza político-ideológica ou econômica, e sim de natureza cultural. Neste paradigma, os Estados-Nações continuariam a ser os principais agentes dos acontecimentos no mundo, mas o componente civilizacional responderia pelas cisões e guerras entre nações de diferentes civilizações e pelas alianças entre nações da mesma civilização ou de civilizações semelhantes.

Seus defensores ressaltam que a tese do "choque de civilizações" retoma a importância do elemento civilizacional ou cultural enquanto vetor estrutural e de longo curso na organização social e territorial mundial. Seus críticos procuram demonstrar que o paradigma de Huntington deve ser analisado na perspectiva do realismo político por representar uma "estratégia de contenção" como

1 Bacharel em Geografia pela UEPG, Mestrando do Programa em Gestão do Território da UEPG. higor_hc@hotmail.com
2 Doutor em Geografia pela UFSC, Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Território da UEPG. silvestre@uepg.br

aquela formulada pelo também estadunidense George Kennan durante a Guerra Fria, pois ambas estariam fundadas na contenção do avanço de inimigos reais ou potenciais em nome da defesa do interesse nacional.

Com efeito, em sistemas internacionais organizados hegemonicamente em torno de uma única nação (unipolaridade) ou de um seleto grupo de nações (multipolaridade) as “estratégias de contenção” mais eficientes são justamente aquelas que atendem as necessidades dos países líderes. Assim, o argumento civilizacional de Huntington serviria aos objetivos da nova estratégia de contenção estadunidense contra eventuais oponentes que possam ameaçar seus interesses regionalmente ou vir a ameaçar sua hegemonia global alcançada com o fim da Guerra Fria.

O presente artigo visa discutir a validade dessa tese para os interesses nacionais brasileiros, seja considerando os aspectos culturais e demográficos internos, seja projetando o poder nacional na América Latina e no mundo. Assim, na primeira seção caracteriza-se o Sistema Internacional contemporâneo a partir da abordagem civilizacional. Na segunda seção discute-se as ameaças reais e potenciais à hegemonia norte-americana a partir da “visão de mundo” huntingtoniana. Finalmente, na terceira seção privilegia-se o papel pensado ao Brasil pela abordagem civilizacional das relações internacionais.

O Sistema Internacional Contemporâneo no Recorte Civilizacional

A revolução técnico-científica experimentada a partir da década de 1970 exigiu das superpotências investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias duais (aquelas com fins militares e aplicações civis). O sistema político soviético, excessivamente centralizado e burocratizado, não alcançou competir com o Ocidente capitalista e acabou por desmoronar, dando término à Guerra Fria. O Sistema Internacional encerra rapidamente sua organização bipolar para assumir um forte componente unipolar representado na liderança dos Estados Unidos:

> De fato, quase dez anos após o desaparecimento da União Soviética, as despesas militares permanecem em níveis extremamente elevados. Elas também estão concentradas em um número restrito de países. Os Estados Unidos ocupam um lugar determinante. Suas despesas militares contam com 39%, e as dos países da Otan com 63% das despesas militares mundiais. Em termos de equipamento militar, a superioridade dos Estados Unidos é maior ainda, visto que em 1998 sua produção de armas corresponde 56% da produção mundial. (SERFATI, 2000, p. 47).

Contudo, essa "era de ouro" norte-americana não é inconteste. Alguns analistas vêem uma competição econômica crescente com a reemergência da Europa Ocidental e do Japão, e mais

recentemente também da China. A rebeldia russa também reapareceu em 2009 na invasão da Geórgia, desafiando abertamente a política de Washington para o Cáucaso. Também pipocaram diversos desafiantes regionais no período pós-Guerra Fria como Sérvia e Iraque, e mais recentemente, Venezuela, Coréia do Norte e Irã.

Daí a importância da tese do cientista político Samuel Phillips Huntington ao estabelecer um cenário onde os interesses políticos passam cada vez mais a serem mediados pela cultura, fomentando rivalidades e conflitos entre nações e blocos de nações:

> A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. (HUNTINGTON, 1997, p. 21).

No atual momento histórico, diz o autor, os povos e governos das civilizações não-ocidentais deixaram de ser objetos passivos da influência ocidental para juntarem-se ao Ocidente enquanto protagonistas do Sistema Internacional. A globalização e a modernização aceleradas favoreceriam a formação dessa identidade civilizacional que, por sua vez, estabeleceria um novo elo de ligação para as identidades locais e enfraqueceria as identidades nacionais como fonte identitária única. A religião e etnia seriam os principais elementos objetivos das identidades civilizacionais por serem capazes de dar sentido ao vazio espiritual crescente (HUNTINGTON, 1997). Para o autor, os choques mais perigosos do futuro provavelmente surgirão da interação entre a "arrogância ocidental", a "intolerância islâmica" e a "postura econômica afirmativa asiática":

> É provável que, intrinsecamente, cada uma das duas tenha menos em comum uma com a outra do que com a civilização ocidental. No entanto, em política um inimigo comum cria um interesse comum. As sociedades islâmicas e sínicas que vêem o Ocidente como seu antagonista têm assim, razões para cooperar entre si contra o ocidente, da mesma maneira como os Aliados e Stálin o fizeram contra Hitler. (HUNTINGTON, 1997, p. 227).

A funcionalidade evidente do paradigma civilizacional enquanto “estratégia de contenção” aparece quando Huntington alerta sobre a aproximação econômica e militar entre o Estado confucionista (a China) e os países muçulmanos. Segundo Huntington, o aprofundamento dessa conexão militar confuciana-islâmica deve ser detido pelo Ocidente por todos os meios necessários, o que poderia ser obtido inicialmente através de pressão econômica e política para o cumprimento dos acordos internacionais de não-proliferação de armas de destruição em massa[3].

3 As ambições nucleares do Estado teocrático islâmico do Irã já eram conhecidas ao tempo de Huntigton, bem como o repasse pelo Paquistão de tecnologia de centrifugação de urânio aos iranianos. E, por detrás de tudo isto, já suspeita-se que a China estivesse diretamente ou através da Coréia do Norte (auxiliada pelos chineses a

Assim, a tese civilizacional de Huntington acaba por assumir características semelhantes com a teoria do *heartland* do britânico Halford Mackinder e com a "estratégia de contenção" anticomunista de George Kennan, a centrar o poder Ocidental na Bacia do Atlântico Norte. Com efeito, Mackinder e Kennan também identificavam as principais ameaças ao poder atlântico na projeção de algum poder terrestre sediado no coração da “ilha mundial” eurasiática, reservando às demais áreas um papel meramente coadjuvante.

À época de Mackinder a principal ameaça ao Ocidente estaria na Alemanha; no período de Kennan a União Soviética assumiu esta condição; enquanto que para Huntington a ameaça potencial foi definitivamente jogada para a Ásia, especificamente China e Oriente Médio. Esta mudança do foco territorial da estratégia ocidental tem relação tanto com o deslocamento da hegemonia do poder naval atlântico da Inglaterra para os Estados Unidos ocorrida com a bipolarização do Sistema Internacional, quanto a ampliação da escala de ação dos Estados Unidos.

Com efeito, até a Segunda Guerra as preocupações estratégicas dos Estados Unidos estavam prioritariamente direcionadas para a América Latina, considerada sua “área de influência imediata” onde intervenções preventivas se tornaram prática comum desde a Doutrina Monroe (1823). Os Estados Unidos já projetavam seu poder naval para além do continente ao assumirem posições no Pacífico (uma das causas do ataque japonês à Pearl Harbor), mas é principalmente após a Segunda Guerra que esta projeção mundial de poder se completa.

Nesse período de construção da hegemonia norte-americana, a aliança nazi-fascista e o bloco comunista soviético foram as principais ameaças, e quando derrotada está última, parecia que essa hegemonia não seria mais questionada. Mas os atentados de 11 de setembro de 2001 em solo americano mostraram um país receoso de uma possível ameaça a sua segurança nacional movida pelo terrorismo fundamentalista islâmico internacional (SEIXAS, 2008).

A destruição das torres gêmeas e de parte do Pentágono deu novo impulso às formulações de Samuel Huntington pela identificação na sociedade norte-americana do terrorismo ao Islã e pelo temor crescente da concorrência das empresas chinesas. Com efeito, a geopolítica do século XXI anuncia a consolidação dos fluxos econômicos em torno da Bacia do Pacífico, onde a China precisa crescentemente do petróleo dos países islâmicos asiáticos para manter seu ritmo de crescimento econômico nas próximas décadas.

desenvolverem sua bomba atômica e mísseis balísticos) repassando essas tecnologias sensíveis em troca do petróleo iraniano e da contenção da Índia através do fortalecimento do rival Paquistão. Segundo Huntington (1997), a China havia ainda exportado para Líbia e Iraque materiais que poderiam ser usados na produção de armas nucleares e químicas, e ajudou a Argélia a construir um reator para pesquisa e produção de material nuclear.

Os Novos Inimigos da América

O cingalês Kishore Mahbubani (1994) não vê concretude alguma na idéia de unidade civilizacional para o caso dos países islâmicos, citando as inúmeras disputas e conflitos internos. Ao mesmo tempo, Mahbubani (1994) vê a China como um dos países que mais tem possibilitado a geração de lucros aos capitais internacionais investidos no país nas últimas décadas; de forma que o governo chinês se moveria por interesses nacionais e não civilizacionais[4].

Já para Bessa (2007), a China ainda apresentaria estratégias econômica e militar direcionadas para sua transformação em potência continental e, portanto, longe de desafiar a hegemonia naval norte-americana.

Contudo, a China também procura desenvolver seu mercado interno pela expansão das infra-estruturas pelo interior do país e criação de empresas chinesas. E no complexo industrial-militar vem desenvolvendo tecnologia de mísseis de longo alcance para reforçar seu poder no seleto clube atômico, tornando-se também exportadora de armamentos e tecnologias sensíveis: “O orçamento militar chinês superou o do Japão, seguindo de perto os da França e da Grã-Bretanha, alimentado por um crescimento econômico (PIB) que ultrapassou os dois países, igualou-se ao da Alemanha e persegue o segundo lugar na economia mundial, atrás dos Estados Unidos” (RATTNER, 2007, p. 13). De modo semelhante, Bertonha (2006, p. 164) afirma que:

> Essa questão é ainda mais premente quando sabemos que o crescimento econômico chinês já está permitindo uma rápida modernização militar e uma maior ação chinesa no campo internacional. É verdade que as ambições chinesas ainda são modestas e que a sua força militar é, em comparação com a americana ou russa, pequena. Ela cresce, entretanto, rapidamente, e essa combinação de poder econômico e militar promete causar dores de cabeça aos estrategistas militares do século XIX.

Suano (2003) apresenta interessante inversão geográfica para o foco da tese de Huntington, situando a real ameaça à hegemonia norte-americana no aprofundamento da aliança regional européia. Para o autor, o paradigma civilizacional seria um factóide criado pelo teórico norte-americano para justificar o *status quo* da aliança atlântica, isto é, a aceitação da hegemonia dos Estados Unidos por parte dos europeus. Suano afirma que com a unificação da Europa o continente teria a população, os recursos, a riqueza econômica, a tecnologia e a força militar real para ser a

4 O pragmatismo chinês facilitou a ruptura de Pequim com Moscou e sua aproximação de Washington, que culminou nos anos 1980 nos acordos de investimentos estrangeiros no país. Foi a partir desta época que o então líder comunista Deng Xioping criou as plataformas de exportação conhecidas como Zonas Econômicas Especiais (ZEE), e que constituem a espinha dorsal da economia chinesa ao representarem aproximadamente quatro quintos de tudo que o país exporta.

grande potência do século XXI[5]. Nesse sentido, Mittelman (apud HARVEY, 2003, p. 72) mostra ideias semelhantes:

> A estrutura regional triádica da economia global, que tem a América do Norte supostamente no ápice, não é uma configuração estável. As estruturações formais estabelecidas pela União Européia parecem oferecer a possibilidade de uma economia européia integrada pelo menos tão ampla e poderosa quanto a dos Estados Unidos. Isso no mínimo a formação de um *hegemon* regional e talvez o surgimento de um real concorrente dos Estados Unidos.

Entretanto, na prática os exércitos europeus permanecem submissos ao poder norte-americano, dificultam ainda mais a tradução da lógica territorial do bloco econômico europeu numa força militar e política coerente caso houvesse um exército comum à União Européia (HARVEY, 2003).

Sob a perspectiva de Suano, é possível uma analogia com a “velha” tese de Halford Mackinder, onde a estratégia de contenção era impedir o uso do *heartland* eurasiático (Leste Europeu e Rússia) por forças antiocidentais: “Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World Island; quem domina a World Island controla o mundo” (MACKINDER apud MELLO, 1999, p. 56). A diferença essencial entre Mackinder e Huntington seria tão-somente o deslocamento do centro da aliança atlântica da Inglaterra para os Estados Unidos, acompanhado do deslocamento da ameaça antiocidental do oeste (Alemanha e Rússia) para o sul do *heartland* (China e Oriente Médio).

Outro dos “interesses ocultos” no paradigma civilizacional de Huntington aparece em Albuquerque et alii (2000), ao destacar a extensão da contenção norte-americana também aos países potências regionais. Com efeito, também Fiori (2007) destaca a (re)emergência de desafiantes regionais à nova ordem internacional sob hegemonia norte-americana, inclusive na América do Sul.

Entretanto, Huntington omite que essa nova agenda de segurança internacional baseada em acordos de não-proliferação nuclear e controle de transferência de tecnologias de mísseis de longo alcance não é direcionada apenas contra a "conexão confuciana-islâmica". De forma que essas pressões ditas ocidentais repercutem no Sistema Internacional reproduzindo as velhas relações centro e periferia:

> Esses acordos são promovidos e *impostos* por persuasão ou coerção em nível multilateral, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), as convenções sobre armas biológicas e o *Missile Technology Control Regime* (MTCR), e, em nível regional, pela difusão das teorias e políticas de segurança cooperativa e pela formação de

5 Entretanto, a conclusão de Suano (2003) é que, mesmo se completando a unificação da Europa, o mundo dificilmente tenderá para uma ordem bipolar como na Guerra Fria; mais provável é que EUA, Europa e China componham um trio de superpotências que venha a organizar um novo sistema multipolar.

> zonas de paz livres de armamentos nucleares que, todavia, não impedem o trânsito e o estacionamento de armas, inclusive nucleares, pelas grandes potências nessas mesmas zonas. Na esfera política, há todo um esforço de consolidação jurídica do poder das grandes potências pela ampliação informal da jurisdição territorial-militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da competência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde se vem redefinindo gradualmente o conceito de *ameaça à paz* e onde se promove o estabelecimento gradual de Estados em situação de virtual neoprotetorado, agora *coletivo*, que seria *necessário* à sua reconstrução, como seriam os casos do Timor, da Bósnia, do Afeganistão, do Iraque(...). (GUIMARÃES, 2005, p. 255).

Evidente que a periferia ocidental não é uma preocupação central para Huntington, cuja tipologia arrola países como México e Brasil na civilização Latino-Americano ao invés de Ocidental.

Ao mesmo tempo, as estratégias de contenção dos Estados Unidos já envolvem até mesmo áreas de tradicional domínio russo no Leste Europeu e Ásia Central, garantindo projeção de poder no próprio *heartland* eurasiático. Esse é o espírito do apoio diplomático ocidental aos processos de fragmentação política ocorridos no Leste Europeu e da constituição de acordos militares em separado com países como Polônia e República Tcheca, fechando gradativamente o cercamento da Rússia.

Foi percebendo essa manobra norte-americana que a Rússia decidiu reagir ao ordenar a invasão militar a posições no território georgiano[6], também confiante quanto a neutralidade européia devido à política de barganha realizada com o gás natural enviado à Ucrânia e Europa Central. E parece momentaneamente ter dado certo, pois Obama acaba de anunciar o congelamento da proposta do escudo antimísseis próximo das fronteiras terrestres russas.

A Inserção Brasileira no Sistema Internacional

A desintegração do bloco soviético não passou incólume pela América Latina, refletindo na "redemocratização" das sociedades locais e na aceitação da ideologia neoliberal (abertura do mercado interno e políticas de reforma do Estado) (FIORI, 2007). Entretanto, passada a euforia inicial dos mercados, o interesse nacional volta a frequentar as agendas dos países da região, de modo que Oliveira (2005) coloca que as diretrizes básicas da diplomacia brasileira foram retomadas após a tentativa do governo Collor e de Fernando H. Cardoso de reformulá-las. Hoje, volta-se aos rumos iniciados na década de 1960 com a denominada Política Externa Independente (PEI) de Jânio

6 O fim da Guerra Fria anunciava uma época de cooperação russo-americana no setor militar, com a redução dos arsenais nucleares. Havia o temor comum de que os novos países da ex-URSS, como Ucrânia, Cazaquistão e Quirquízia, repassassem armamentos herdados da superpotência a grupos terroristas ou governos hostis. Os Estados Unidos, em conjunto com a Rússia, trataram de convencer as ex-repúblicas soviéticas a entregarem seus arsenais nucleares para destruição.

Quadros[7].

Nesta perspectiva, Meza (2002) afirma que o bloco sul-americano é visto como um instrumento de *realpolitik* do Estado brasileiro:

> O Mercosul foi deste modo, uma alternativa intermediária entre a continuidade de sua política nacionalista e a economia liberal predominante no mercado mundial. Dentro do bloco, o Brasil exercia pressões protecionistas que seriam impossíveis de se levar adiante no contexto de um acordo como a ALCA. Isso também faria do Mercosul uma instância negociadora frente ao eventual estabelecimento de uma área hemisférica de livre comércio e, a nível político, o bloco permitiria dotar o Brasil de uma base maior de apoio para sua estratégia de alcançar reconhecimento como "potência média mundial", em virtude da liderança que exerceria no interior do bloco e, através deste, no Cone Sul. O Brasil intentava assim disputar com os Estados Unidos à hegemonia em âmbito subregional sul-americano. (MEZA, 2002, p. 44).

Parece existir uma consciência dos governos da região de que é preciso adquirir força política diante de uma ordem internacional que, ditada por grandes potências, reserva à América Latina um papel secundário. A questão para a diplomacia brasileira é convencer aos países da região de que o desenvolvimento nacional brasileiro não é antagônico à cooperação estratégica com ganhos mútuos para todos os membros.

A aproximação com o "terceiro mundo" volta à constituir prioridade da política externa brasileira, mas Fiori (2007) propõe a priorização da estratégia de aproximação entre os países em desenvolvimento dos hemisférios Norte e Sul, em especial Brasil, África do Sul, Índia, China e Rússia; todos países de destaque em suas respectivas regiões em função de seu peso econômico, populacional e extensão territorial.

Se a aproximação da América Latina e África já são objetivos de longa data da política externa brasileira, a Ásia é mais recente (salvo o Oriente Médio). Apesar disto, em 2006, as relações comerciais com os mercados da Ásia superaram pela primeira vez na história os valores com parceiros tradicionais do Brasil como Estados Unidos e Europa. E a China, inimiga estratégica do Ocidente na tese de Huntington, emerge como o principal mercado brasileiro: "Apenas o Brasil, os Estados Unidos e a China estão, ao mesmo tempo, na relação dos dez países de maior território, dos dez países mais populosos e dos dez de maior PIB (em paridade de poder de compra) do mundo." (GUIMARÃES, 2005, p. 341). Assim, a China desponta mais como parceira comercial que inimiga estratégica, razão pela qual devemos manter uma prudente equidistância entre as disputas geopolíticas entre China e Estados Unidos. Contudo, a prioridade brasileira doravante deve ser a de qualificar a pauta exportadora para a região, ainda restrita basicamente à *commodities* agrícolas e

7 A PEI projetava um distanciamento das relações com os Estados Unidos fazendo uma forte crítica da postura das superpotências em relação ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, e ambicionava para o parque industrial brasileiro o acesso aos mercados terceiro-mundistas, em especial latino-americanos e africanos

minerais.

É fato que a China investe pesado no setor militar, visto pelo Ocidente como uma postura expansiva. Mas a Índia faz o mesmo alegando a hostilidade paquistanesa na região fronteiriça da Cachemira, mas é vista com certa simpatia pelo Ocidente ainda mais agora que o governo estadunidense reconheceu oficialmente o programa nuclear indiano. Essas incoerências da política externa norte-americana somente podem ser explicadas pela orientação estratégica geopolítica maior, onde impera o interesse nacional no longo prazo.

Desta forma, também o Brasil não tem motivos para assumir os postulados de defesa do paradigma civilizacional, pois a região não possui inimigos declarados no cenário internacional, no máximo conflitos internos ou guerrilhas locais e que não apresentam uma clivagem civilizacional. O Brasil nunca se mostrou a favor de conflitos, defendendo o princípio da autodeterminação dos povos e, seu corolário, a não-intervenção em assuntos de soberania nacional. Sempre foi a favor da solução pacífica de contenciosos e condenou o uso da força para a obtenção de resultados externos (COSTA, 1999).

As agendas de defesa estadunidense e dos sul-americanos apresentam ainda outras divergências, pois estes últimos não se sentem identificados com as questões debatidas, salvo no caso colombiano (interessado no combate ao terrorismo e narcotráfico) e, em alguma medida, chileno (interessado na implementação de acordos comerciais bilaterais com os Estados Unidos). Ao mesmo tempo, a ativação da nova política de defesa brasileira em 2009 prevê que o país gaste uma maior fatia de seu PIB na modernização do setor militar e se torne o centro de um bloco regional de defesa.

Considerações Finais

A natureza civilizacional do Sistema Internacional pensado por Huntington pode parecer estranha aos brasileiros que sempre se viram enquanto defensores dos valores ocidentais. Por outro lado, efetivamente as grandes disputas geopolíticas globais têm ocorrido sem que a América Latina represente um papel estratégico relevante. Para a política externa estadunidense, a aliança atlântica é prioritária para a manutenção de seu poder mundial desde a Segunda Grande Guerra.

A flexibilização da política externa estadunidense na direção da Ásia, primeiro com o Japão e depois com a China, não oculta a existência de divergências estratégicas profundas (travestidas de diferenças civilizacionais pelo autor) entre estes países e o Ocidente. Contudo, o Brasil ainda não é um *player global* do qual as grandes potências ocidentais (Estados Unidos e aliados europeus) exijam um maior engajamento nas grandes estratégias mundiais, bem como não apresenta questão

interna civilizacional relevante que obrigue a fazer opções culturais como as que atormentam países ocidentais divididos como Estados Unidos e França. Em síntese, a construção da identidade nacional brasileira não apresenta uma clivagem civilizacional nos moldes dos "países divididos", nem a política externa brasileira deve se mover por recortes civilizacionais.

Nesse sentido, o pragmatismo comercial brasileiro e a política externa independente são posições corretas; é preciso continuar saber explorando, seja com Irã ou China, as vantagens políticas e comerciais das disputas entre o “mundo ocidental” e o “mundo não-ocidental”. As dificuldades para a política externa brasileira devem derivar do fato de que muitos dos países não-ocidentais são justamente o alvo da preocupação norte-americana, o que pode resultar em prejuízos futuros para investimentos brasileiros em ativos naqueles países, haja visto o precedente do caso iraquiano.

Evidente que os Estados Unidos esperam que a função dos países latino-americanos seja de apoiar sua política externa, mas sua participação econômica no subcontinente não apenas é declinante, como é a China quem vem assumindo essa condição de liderança econômica na região. Ambas fortes razões para que os latino-americanos não considerarem como sua a ameaça da conexão confuciana-islâmica de Huntington.

É importante destacar que a radicalização civilizacional serve de instrumento ideológico que alimenta a cultura paranóica de fabricação de “inimigos da América”, extremamente funcional para os investimentos na indústria bélica daquele país. Na Segunda Guerra o inimigo odiado era o nazismo alemão, na Guerra Fria era o comunismo soviético, agora Huntington e outros querem deslocar essa “ameaça” para os países islâmicos e a China. Dentre as estratégias de manutenção da hegemonia global norte-americana, David Harvey (2003) também cita a atual “acumulação por espoliação”[8] e suas ligações com a “guerra contra o terror”:

> Depois do 11 de setembro, os neoconservadores tinham seu “Pearl Harbor”. A dificuldade consistia no fato de o Iraque estar claramente isento de toda e qualquer ligação com a *Al Quaeda* e de que o combate ao terrorismo tinha de merecer precedência. Na invasão do Afeganistão, os militares testaram no campo de batalha boa parte de seus novos armamentos, quase como um ensaio para que poderiam fazer no Iraque e em outros lugares. No processo, os Estados Unidos asseguraram sua presença militar no Uzbequistão e no Quirguistão, com fácil acesso de ataque aos campos petrolíferos da bacia do mar Cáspio (da qual o volume de reservas ainda é um mistério e na qual a China luta denodadamente para pôr um pé de apoio a fim de garantir seu próprio suprimento de petróleo para satisfazer suas demandas internas em rápido crescimento). Passados seis meses, e com a derrota do Taliban no Afeganistão como credencial, o governo norte-americano começou a voltar à

8 A acumulação por espoliação se baseia na idéia de acumulação primitiva de capital, por motivos externos forçados, como guerras e pressão econômica contra países cujas economias não atendam ao interesse neoliberal. Segundo Harvey (2003), a acumulação por espoliação ganhou mais intensidade a partir do início da década de 1970, em grande parte para compensar os problemas causados pela sobreacumulação de capital.

> atenção ao Iraque. No verão de 2002, estava claro que os Estados Unidos pretendiam forçar a mudança de regime em Bagdá, por meios militares, a todo custo. A única dúvida interessante era como justificá-lo junto ao público norte-americano e internacional. (HARVEY, 2003, p. 158).

As posições militares e acordos dos Estados Unidos com países do Oriente Médio e Ásia Central visam ao controle do petróleo e favorecem a contenção do expansionismo econômico-militar europeu e chinês. Com efeito, a China e a Europa são ainda grandes incógnitas na nova ordem mundial; a primeira pelo desenvolvimento industrial-militar ainda em maturação, e a segunda, por titubear em estender a integração econômica ao complexo industrial-militar. Nesse sentido, a visão de Suano de que a real estratégia geopolítica contida no paradigma civilizacional de Huntington é, simultaneamente, preservar a aliança atlântica e conter a expansão chinesa.

De qualquer forma, da periferia do mundo não parece interessar muito quem vença ao jogo geopolítico dos grandes *players*, ainda mais quando os instrumentos mobilizados são representações totalmente alienígenas à realidade e interesses nacionais brasileiros.

Referências

ALBUQUERQUE, E. S. et al. Huntington, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. **Revista de História Regional,** Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2000.

BERTONHA, J. F**. Geopolítica e relações internacionais na virada do século XXI:** uma história do tempo presente. Maringá: Eduem, 2006.

BESSA, A. M. **O olhar de leviathan**: uma introdução a política externa dos estados modernos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.

COSTA, D. Segurança e defesa: uma única visão abaixo do Equador. **Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI**, v. 42, n. 1, p. 127-156, 1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/ >. Acesso em: 15 out. 2009.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul**. Revista de Economia Heterodoxa,** v. 6, n. 8, 2007.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

HUNTINGTON, S. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Touchstone, 1997.

MAHBUBANI. K. Os perigos da decadência: o que o resto pode ensinar ao ocidente. **Revista Política Externa,** v. 2, n. 4, 1994.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp, 1999.

MEZA, R. B. A política exterior do Brasil: 1990-2002**. Revista Brasileira de Política Internacional,** v. 45, n. 1, p. 36-71, 2002.

OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RATTNER, H. Ascensão e declínio de superpotências. **Revista Espaço da Sophia**, v. 1, n. 8, nov. 2007.

SEIXAS, E. C. "Terrorismos": uma exploração conceitual. **Revista de Sociologia Política,** v. 16, n. supl., ago. 2008.

SERFATI, C. O braço armado da mundialização. Traduzido por Patrícia Albano Maia. **Revista Les Temps Modernes**, n. 607, fev. 2000.

SUANO, M. J. F. A identificação dos interesses estratégicos norte-americanos e o surgimento de uma nova estratégia de contenção: uma releitura de Samuel Huntington em busca do verdadeiro oponente dos EUA. **Prisma Jurídico,** v. 2, n. 3, p. 61-84, 2003.

Recebido em 28 de janeiro de 2010.

Aceite em 12 de março de 2010.